

**EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.637.945 - MG (2016/0297511-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE** : REINALDO ASSUNCAO TANNUS  
**ADVOGADOS** : DANIEL RICARDO DAVI SOUSA - MG094229N  
RENATA SOARES SILVA E OUTRO(S) - MG141886  
**EMBARGADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**INTERES.** : DALMO NEY FREITAS MACEDO

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS. INOCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração têm ensejo quando há obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado, a teor do disposto no art. 1.022 do CPC/2015.
2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso integrativo.
3. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 19 de março de 2019 (Data do julgamento).

**MINISTRO GURGEL DE FARIA**

Relator